



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

## Acompanhamento de Egressos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Cristina do Socorro Ribeiro da Costa  
Julio Cesar Torres

**Como citar:** COSTA, Cristina do Socorro Ribeiro da; TORRES, Julio Cesar. Acompanhamento de Egressos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. *In:* MANZINI, Eduardo José (org.). Educação, ensino e inclusão em diferentes contextos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p.119-148. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-565-0.p119-148>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

*Cristina do Socorro Ribeiro da COSTA<sup>1</sup>*

*Julio Cesar TORRES<sup>2</sup>*

## Introdução

A formação profissional e tecnológica é um tema de grande relevância no cenário educacional brasileiro, e a preocupação com a qualificação das pessoas veio ganhando espaço com as mudanças na economia, no mercado de trabalho. Com a globalização, também surge um mundo de oportunidades sem fronteiras, o que tornou cada vez mais necessário formar profissionais capacitados e críticos, capazes de acompanhar as mudanças sociais, políticas e econômicas em curso.

A Educação preocupa-se em direcionar suas práticas de ensino pautadas na formação de pessoas independentes, capazes de mobilizar conhecimentos, valores, habilidades e atitudes diante de situações da vida. Segundo Delors (1998), a educação estimula a resolução de problemas, desafia os alunos a trabalharem com os conhecimentos já adquiridos, a se integrarem e a criarem, tendo como base os 4 pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Letras (Faculdade de Itaituba) e Mestre em Educação (UNESP). Assistente Administrativo no Instituto Federal do Pará (IFPA). *E-mail:* cristina.costa@ifpa.edu.br.

<sup>2</sup> Departamento de Educação, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, SP, Brasil. *E-mail:* julio.torres@unesp.br.

No contexto educacional, uma das discussões mais prementes reside na definição do rumo que vem tomando o Ensino Profissional e Tecnológico, especialmente no que diz respeito à dualidade entre formação geral e formação profissional. Essa dualidade foi reforçada após a aprovação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estruturou a educação escolar brasileira em dois níveis, educação básica e educação superior. Tal dispositivo enquadrou a Educação Profissional em apenas quatro artigos, art. 39 ao 42, não a vinculando a nenhum nível de ensino, formando, assim, basicamente duas redes de ensino.

De acordo com Ferreira e Ruiz (2004), essa postura fortaleceu a concepção de duas redes distintas, uma destinada aos acadêmicos e outra aos trabalhadores, aprofundando, assim, a clássica divisão taylorista, que separa os dirigentes dos especialistas e reforça a ruptura entre o teórico e o prático, simbolizando a dicotomia entre o conhecimento acadêmico e a aplicação prática no âmbito tecnológico.

Além disso, os dois modelos de ensino operaram com fundamentos diferentes: o sistema regular, pautado na preparação e na continuidade dos estudos em nível universitário, e o sistema profissional, que se alinha à lógica do mercado, preparando os alunos para desafios específicos do ambiente de trabalho. Essa dualidade se reflete não apenas nas abordagens educacionais distintas, mas também na busca por uma formação mais alinhada às demandas tanto do meio acadêmico quanto do mercado de trabalho (Ferreira e Ruiz, 2004).

Em 1997, o ensino profissionalizante foi regulamentado pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril do referido ano. Em seu artigo 40, o dispositivo define que “a educação profissional será desenvolvida, em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. Após a publicação desse decreto, vieram outros instrumentos para normatizar a educação profissional, como o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, e a Lei nº 11.741, de 16 de julho 2008, que alterou a LDB.

As mudanças políticas, educacionais e econômicas ocorridas ao longo do século XX e no início do século XXI trouxeram reflexos significativos para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), demandando das

instituições de ensino uma constante reavaliação de suas práticas pedagógicas para formar indivíduos críticos e emancipados, capazes de compreender e enfrentar as contradições da atualidade e exercer sua cidadania.

A qualificação profissional e tecnológica é um tema de grande relevância no cenário educacional brasileiro. Com a crescente demanda por profissionais qualificados e a necessidade de atualização constante diante das mudanças tecnológicas, a EPT tem se mostrado uma alternativa eficiente para a habilitação de profissionais capacitados. De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica formou mais de 673.000 alunos no decorrer dos anos 2017 a 2022.

Nesse contexto, o que se apresenta como uma medida fundamental para avaliar a efetividade das políticas institucionais de formação e inserção desses profissionais no mundo do trabalho é o acompanhamento efetivo dos egressos, que desponta como uma valiosa ferramenta para avaliar a eficácia da formação oferecida pelas instituições voltadas para a preparação de profissionais qualificados.

Os egressos, como fonte de informação privilegiada, podem oferecer contribuições valiosas para a adequação e o aprimoramento dos cursos e currículos, possibilitando a melhoria contínua da qualidade educacional e o melhor preparo dos futuros profissionais para os desafios do mundo do trabalho e da sociedade.

O presente capítulo resultou de uma pesquisa realizada no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), o qual foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, incorporando o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e as escolas agrotécnicas de Castanhal e Marabá, expandindo-se para o interior do estado. Nesta pesquisa, buscou-se descrever e analisar a política institucional de acompanhamento de egressos do IFPA, sugerindo melhorias que possam aprimorar a execução dessa política.

A política institucional de acompanhamento de egressos do IFPA inclui o Programa de atendimento aos egressos do IFPA (ProEgressos), o qual é um instrumento de aplicação da referida política, suas diretrizes, finalidades, objetivos, ações e atividades. Essa política é considerada nova dentro da instituição, implementada por meio da nova Resolução CONSUP/IFPA

nº 328, de 10 de julho de 2017, que define a política institucional e regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do ProEgressos no âmbito do IFPA.

A resolução de criação dessa política deu-se em 2017, porém, observou-se que sua implementação real tem entraves que deixam o processo lento, os quais são: capacitação para os membros da comissão nos câmpus, um banco de dados consistentes sobre os egressos da instituição, avaliação das ações e metas da política, publicidade dos dados, um portal de egresso mais atrativo e funcional, uma rede de integração e troca de experiências e informações entre as comissões, investimento em tecnologia, entres outros que descrevemos durante a análise da política de acompanhamento de egresso do IFPA. A partir dessa observação, percebemos a ausência de correções de diversas ações planejadas na instituição.

Como contribuição, o estudo traz uma visão descritiva e analítica do quão importante e essencial é a política de acompanhamento do egresso, pois compreende-se que ela contribui para se ter um novo olhar das instituições de ensino sobre o tema, além dos benefícios que a implementação e consolidação real dessa política poderá trazer para o planejamento e as avaliações das metas e ações propostas pela instituição.

### **Política institucional de acompanhamento ao egresso no IFPA — descrição, características, estratégias e análise**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), assim como os demais institutos, segundo a Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, em sua Seção II, art. 6º, inciso I, apresenta uma das finalidades e características que norteiam a entidade. Segundo Pacheco (2011), esse inciso reafirma o que está definido no Título V, Seção IV-A do Capítulo II e Capítulo III da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e essa amplitude abraça desde a educação básica até a educação superior, trazendo a questão da formação do cidadão.

No mesmo artigo, o no inciso V demonstra uma das finalidades que os institutos buscam manter. Para Pacheco (2011, p. 84), o referido inciso “conduz à compreensão de que tais instituições devem tornar-se centros de

excelência na oferta do ensino de ciências para então estarem qualificadas como centros de referência no apoio à oferta do ensino de ciências”.

Na referida lei, na Seção III, artigo 7º, inciso IV, os institutos vislumbram as atividades extensionistas. De acordo com Pacheco (2011), o papel dos Institutos Federais está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento local e à promoção da cidadania, e, nesse contexto, as atividades de extensão, conforme destacado no inciso IV, desempenham um papel crucial ao facilitar o diálogo efetivo entre a instituição e a sociedade. As atividades de extensão têm o potencial de abrir caminhos de acesso para diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada.

Nessa perspectiva, a Resolução CONSUP/IFPA nº 174, de 25 de abril de 2017, estabelece os fundamentos, princípios e diretrizes para as atividades de extensão no IFPA. Essa resolução, especialmente em seu Capítulo III, que aborda os objetivos da extensão no artigo 5º, inciso VII, e no Capítulo IV, que trata das atividades da extensão no artigo 7º, inciso XI, serviu como ponto de partida no IFPA para o desenvolvimento da política institucional de acompanhamento do egresso.

A Política Institucional de Atendimento aos Egressos do IFPA foi concebida com a participação ativa de diversos segmentos da comunidade e do próprio IFPA, tendo como objetivo orientar principalmente as iniciativas de atendimento aos que concluíram o curso pela instituição. Sua abordagem visa a mapear e destacar o perfil dos egressos, proporcionando uma base sólida para a orientação das ações futuras do IFPA. O processo de elaboração dessa política iniciou-se em 2015, sob a supervisão da Coordenação de Acompanhamento de Egressos e do Observatório do Mundo do Trabalho (CAMTE/PROEX), concluído coletivamente por diversos setores, tanto da Reitoria quanto dos câmpus do IFPA.

A política institucional de acompanhamento do egresso é reconhecida como uma estratégia essencial para avaliar a eficácia do ensino oferecido e assegurar que os diplomados estejam capacitados a desempenhar suas funções com excelência. Respondendo à necessidade de padronização e implementação dessas políticas para o acompanhamento de egressos, o IFPA ratifica a Resolução CONSUP/IFPA nº 328/2017. Essa resolução “define a Política Institucional e regulamenta as atividades e os procedimentos gerais

do Programa de Atendimento aos Egressos no âmbito da Instituição” (IFPA, 2017b), organizando-se em três títulos:

- Título I — trata das disposições iniciais da política do egresso, suas definições, princípios, objetivos e das dimensões da política.
- Título II — dispõe sobre o Programa de Atendimento aos Egressos, suas diretrizes e finalidades, dos objetivos dos progressos nos *campi*, da organização administrativa, das ações e atividades.
- Título III — apresenta as disposições finais.

Conforme a referida resolução, sua criação considerou as necessidades de instrumentalizar a Política de Extensão Universitária do IFPA em suas diversas áreas de atuação e normatização, e implementar a política institucional para o atendimento dos egressos do IFPA, como macroprocesso da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), bem como de regulamentar institucionalmente as ações e os procedimentos a respeito da criação, autorização e desenvolvimento de atividades extensionistas.

Para a formulação da Resolução CONSUP/IFPA nº 328/2017, consideraram-se inúmeros referenciais, como, por exemplo, a Portaria MEC nº 646, de 14 de maio de 1997, que versa sobre a Rede Federal de Educação Tecnológica, e delinea, no seu artigo 9º, as responsabilidades dos Institutos Federais, em conjunto com a Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico (SEMTEC), na implementação de mecanismos contínuos de consulta. Em seu parágrafo único, destaca-se que esses mecanismos permanentes devem englobar um sistema de acompanhamento de egressos e estudos de demanda de profissionais, visando à adequação contínua das ofertas educacionais às exigências dinâmicas do mercado de trabalho e à efetiva contribuição para o desenvolvimento socioeconômico.

Considerou-se também, em sua orientação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelecido pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 como um dispositivo fundamental da legislação brasileira. Seu propósito primordial é garantir a implementação de um processo nacional de avaliação, abrangendo as instituições de educação superior, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico dos estudantes. Essa iniciativa está em conformidade com o disposto no artigo 9º, incisos VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394/1996, consolidando, assim, um conjunto de instrumentos

e procedimentos destinados a avaliar a qualidade e a relevância dos serviços educacionais prestados no âmbito do ensino superior no país. Essa política tornou-se necessária nas instituições de ensino que ofertam o ensino superior, migrando para a Educação Profissional e Tecnológica.

Levou-se em consideração o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela presidente Dilma Rousseff (2011–2016), através da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação 2014–2024. O Plano Nacional de Educação visa a abordar desafios e promover melhorias em diversos aspectos da educação, alinhando-se a objetivos estratégicos que abrangem desde a educação básica até o ensino superior, buscando, assim, aprimorar a qualidade e a equidade do sistema educacional no país. Esse plano, delineado para um horizonte temporal de 10 anos, contados a partir da data de sua publicação, estabelece as 20 metas e inúmeras diretrizes para o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro, o qual finda este ano, e já temos outro em discussão.

As metas relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica são as metas 10 e 11. No entanto, é importante observar que o acompanhamento de egressos está especificamente abordado na meta 11, integrado às suas estratégias de realização.

A Resolução CONSUP/IFPA nº 328/2017, em seu artigo 1º, reafirma a aprovação dessa política, bem como o Programa de Atendimento aos Egressos (ProEgressos) no IFPA. O Título I dessa resolução está dividido em quatro capítulos, os quais tratam da Política de Acompanhamento do Egresso. O Capítulo I, em seus artigos 2º, 3º e 4º, trata das disposições iniciais, citando as responsabilidades individuais e em conjunto das ações institucionais do programa.

No âmbito da Reitoria do IFPA, está localizada a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), cuja missão, de acordo com o portal da instituição, é claramente delineada como a responsabilidade de planejar, executar e acompanhar as políticas de extensão e extensão tecnológica. A PROEX visa a formular diretrizes que promovam a integração harmoniosa entre diversos conhecimentos e áreas de atuação dentro da instituição, mantendo a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa.



O Capítulo II trata das definições e, em seu artigo 5º, inciso I, define-se o que é egresso para a instituição. No inciso II, define-se o que terá que ser feito para se chegar ao desenvolvimento da Política e do Programa de Egressos. A definição de egresso está em consonância com Coura (2022), a qual considera egresso o estudante que concluiu com êxito os componentes curriculares propostos pelo projeto pedagógico do seu curso, bem como o estágio curricular, se obrigatório, e recebeu o diploma ou a declaração de conclusão do curso.

Os princípios dessa política são abordados no Capítulo III, artigo 6º e seus incisos, os quais destacam os princípios fundamentais da Política de Atendimento aos Egressos nos Institutos Federais, incluindo a valorização profissional, estabelecendo oportunidades de atualização contínua; o relacionamento contínuo, promovendo parcerias e compromissos mútuos; a educação continuada, incentivando a formação dinâmica e contínua; o compromisso com a comunidade, envolvendo os egressos nas responsabilidades sociais; a avaliação institucional pelo profissional formado, reconhecendo o egresso como contribuinte valioso para a melhoria contínua; e a atuação sistêmica na gestão e produção do conhecimento institucional, buscando uma abordagem integrada e contínua nas ações voltadas para os egressos.

Os objetivos e as dimensões dessa política são trazidos em seu Capítulo IV, sendo que o artigo 7º apresenta os setes objetivos da Política de Atendimento aos Egressos. Analisando o primeiro deles, que trata da promoção da integração do IFPA com a comunidade externa, verificamos que o IFPA mantém parcerias com as empresas locais, universidades e a comunidade em geral. Um exemplo é o Câmpus Santarém, que tem como grandes parceiras a Universidade Federal do Oeste do Pará e as empresas locais, e busca sempre trazer a comunidade para atuar em parceria com câmpus. Porém, falta instrumentalizar e divulgar essas parcerias, criando um canal de comunicação no qual apareçam as parcerias firmadas e as oportunidades criadas, gerando dados que possam ser divulgados para a comunidade.

O segundo objetivo trata da disseminação da cultura de acompanhamento e formação profissional continuada de egressos. O IFPA cumpre plenamente a formação continuada, oferecendo inúmeros cursos de curta duração no decorrer do ano, tendo sempre como base os cursos de formação técnica,

tecnológica e de graduação ofertados por cada câmpus, oferecendo ao egresso e à comunidade em geral uma continuação e atualização dos cursos concluídos.

O Câmpus Santarém, por exemplo, oferta o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e, como ação continuada, oferta cursos de formação complementar voltados para atualização e complementação à formação dos egressos oriundos do curso de agropecuária e à comunidade em geral. Exemplos de cursos ofertados na área de agropecuária: auxiliar de geoprocessamento, viveiricultor, restauração ecológica para adequação ambiental de propriedades rurais, bovinocultor de leite, entre outros.

O objetivo terceiro versa sobre as orientações das ações e encaminhamentos voltados aos egressos e à inteiração dessa política aos demais setores do IFPA, incluindo a atualização de seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), visando a melhorias no ensino.

De acordo com Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico de Curso deve expressar os principais parâmetros para a ação educativa e o processo formativo, além de fundamentar, juntamente com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa, a fim de garantir a qualidade do ensino e, consequentemente, a formação profissional-cidadã pretendida. Ele também nos mostra, em sua matriz SWOT, que a falta de adequações dos PPCs às demandas da região é um ponto fraco que o IFPA. A falta dessa atualização nos PPCs, segundo o PDI, deixa de gerar alguns impactos importantes como: avaliação da eficácia do curso; informações sobre o desempenho dos egressos e o acompanhamento dos egressos (IFPA, 2022).

Verificou-se que o Plano Pedagógico Institucional do IFPA (IFPA, 2017d, p. 16) está desatualizado, pois ele foi criado para nortear as ações propostas e as projeções delineadas para o período compreendido entre 2014 e 2018, tendo-nos sido relatado que, até a presente data, não houve atualização do mesmo. Questiona-se, então, como um instrumento desatualizado poderá nortear ações de uma instituição de ensino, e aponta-se a necessidade de atualização e realinhamento.

No quarto objetivo, indica-se o incentivo à implementação de programas que sejam voltados a produzir conhecimentos sobre a vida profissional e a continuação dos estudos dos egressos. Já no quinto, orienta sobre a

necessidade do estabelecimento de diretrizes e estratégias voltadas à coleta de dados, sistematização e gerenciamento dos dados coletados.

Para que isso ocorra, é necessário implementar mentorias e orientação profissional, estreitando a relação entre o acompanhamento de egressos e a pesquisa acadêmica, criar canais de diálogo e informações, permitindo o desenvolvimento de estudos e análises mais aprofundadas sobre o perfil dos egressos, suas necessidades e desafios. Isso poderia gerar uma visão valiosa para a melhoria contínua da política de acompanhamento de egressos, pois é de suma importância considerar a diversidade de perfis e trajetórias dos egressos do IFPA, a fim de oferecer suporte e orientação personalizados.

O sexto objetivo descreve a importância de acompanhar as ações desenvolvidas sobre os egressos e a articulação com a avaliação dos cursos e a avaliação externa. Em consonância com Sobrinho (2010), a avaliação é a ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais e este processo desencadeia mudanças substanciais nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão educacional, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas educacionais e nas prioridades da pesquisa.

Verificamos que os dados coletados pelo IFPA, a respeito dos egressos, ficam internos em formato de relatório nos câmpus, não havendo publicação desses dados no site da instituição. Com isso, deixa-se de promover a transparência na gestão da política de acompanhamento ao egresso, pois, ao compartilhar os resultados obtidos com a comunidade acadêmica e com o público em geral, a instituição de ensino demonstra sua preocupação com a qualidade do ensino ofertado e com a formação de profissionais qualificados. Isso aumenta a confiança dos alunos, dos empregadores e da sociedade na instituição. Partindo do princípio de que o egresso é alguém que já concluiu os seus estudos e, portanto, está fora da instituição, pressupõe-se que as ações de acompanhamento de egressos precisam estar publicizadas no site institucional (Simon; Pacheco, 2020).

O sétimo objetivo aborda a capacitação de profissionais para dinamizar as ações voltadas aos egressos do IFPA, mas, para que isso ocorra, é necessário investir na capacitação e qualificação dos profissionais envolvidos nesse processo. Isso inclui o desenvolvimento de competências em análise

de dados, orientação profissional, comunicação e liderança. Outra proposta interessante seria a criação de uma plataforma de compartilhamento de boas práticas entre as diferentes unidades do IFPA, permitindo a troca de experiências e aprendizados na área de acompanhamento de egressos.

O IFPA apresenta uma boa proposta de política de acompanhamento dos egressos, porém analisamos que, para aprimorar essa política, é necessário investir em tecnologias e plataformas digitais que facilitem a coleta e a análise de dados. Isso permitiria uma visão mais precisa e atualizada do desempenho dos egressos, bem como a identificação de tendências e oportunidades no mercado de trabalho.

O artigo 8º, do Capítulo IV, apresenta as dimensões dessa política, e o inciso I trata da relação entre o egresso e o instituto, enquanto o II versa sobre a relação entre o egresso e o mundo do trabalho, e o III, a relação entre o egresso e a sociedade. Lima e Andriola (2018) apontam questões que podem dialogar com a primeira dimensão da referida resolução, quando falam sobre a importância da participação ativa dos ex-alunos em atividades institucionais, como eventos, pesquisas, extensão, serviços de clínicas, biblioteca e espaços físicos da instituição, porém relata que essa participação apresenta desafios significativos e que incentivar essa participação requer estratégias que promovam o envolvimento contínuo dos egressos na vida da instituição.

Alguns desafios comuns incluem comunicação eficaz: estabelecer canais de comunicação eficazes para manter os ex-alunos informados sobre eventos, oportunidades e iniciativas da Instituição de Ensino Superior (IES) é crucial; relevância das atividades: criar e promover atividades que sejam pertinentes e interessantes para os ex-alunos, alinhando-as com suas áreas de interesse e domínio; rede de ex-alunos: desenvolver uma rede de ex-alunos que proporcione oportunidades de troca de experiências, mentorias e colaboração; benefícios tangíveis: oferecer benefícios tangíveis, como descontos em cursos de extensão, acesso à biblioteca, participação em eventos exclusivos ou oportunidades de pesquisa colaborativa, pode motivar os ex-alunos a se envolverem ativamente na instituição; avaliação contínua: buscar a avaliação constante dos ex-alunos sobre suas necessidades, expectativas e experiências pode orientar a adaptação das atividades para melhor atender às suas demandas. Ao enfrentar esses desafios, as instituições de ensino podem

construir e manter relações sólidas com seus ex-alunos, promovendo uma conexão duradoura que beneficia ambas as partes.

De acordo com Campos (2020), o acompanhamento dos ex-alunos no mundo do trabalho é uma prática valiosa para obter informações que vão além da simples quantidade de egressos, permitindo uma compreensão mais profunda da diferença que a IES fez na vida dos formandos. Essa abordagem proporciona diversos benefícios: impacto na carreira, ao analisar a trajetória profissional dos ex-alunos, a instituição pode identificar como sua formação contribuiu para o desenvolvimento das carreiras individuais; satisfação e realização pessoal; contribuições para a comunidade: examinar como os ex-alunos aplicam seus conhecimentos e habilidades na comunidade pode destacar o papel da instituição na promoção de cidadãos ativos e contribuintes para o desenvolvimento local; retorno construtivo, a coleta de experiências dos ex-alunos permite à instituição compreender áreas de sucesso e oportunidades de melhoria; conexão duradoura: ao destacar histórias de sucesso, a instituição fortalece os laços com seus ex-alunos, criando uma comunidade envolvente que promove o orgulho de pertencimento e a fidelidade à instituição.

A abordagem do acompanhamento de ex-alunos não apenas fornece dados quantitativos, mas também conta histórias individuais que ilustram o impacto transformador da educação fornecida pela instituição. É muito interessante ouvir os relatos desses ex-alunos nos encontros dos egressos que o IFPA proporciona uma vez ao ano, os quais ficam gravados no canal do YouTube da instituição, o que nos passa uma visão mais completa e significativa do sucesso dos egressos.

Campos (2020) expressa a importância do relacionamento com a comunidade, e disponibilizar os resultados do acompanhamento de ex-alunos não apenas nas esferas acadêmicas, mas também para toda a sociedade, é extremamente relevante. Essa transparência e acesso público às informações oferecem benefícios significativos: tomada de decisões informativa; orientação para a comunidade; transparência institucional; impacto social e econômico; engajamento da comunidade. Portanto, ao tornar essas informações acessíveis publicamente, a instituição não apenas atende a uma necessidade de prestação de contas, mas também contribui ativamente para o desenvolvimento educacional e social da comunidade em geral.

O Título II discorre sobre o Programa de Atendimento aos Egressos (ProEgressos). O Capítulo I aborda as diretrizes e finalidades. Do artigo 10 ao 13, explica a configuração, a atuação tática, como se constitui e o que disciplinará o programa. As onze diretrizes do programa são trazidas no artigo 14, entre as quais estão a verificação da eficiência e eficácia, a previsão de atendimento amplo ao egresso, a criação e utilização do Portal de Egressos, entre outros.

O inciso I versa sobre a verificação da eficiência e eficácia dos princípios formativos previstos nos PPCs e preconiza que o planejamento e a execução das ações institucionais deverão ser realizados em todos os câmpus do IFPA, sob a responsabilidade de seus respectivos setores de extensão, de forma articulada com as áreas de atuação do Ensino, da Pesquisa, da Pós-graduação, da Inovação, Comissão Própria de Avaliação (CPA) e em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

Lück (2009) explica que a verificação da eficiência e eficácia dos princípios formativos é uma abordagem estratégica para garantir a qualidade da formação acadêmica e o alinhamento dos cursos às demandas do mercado de trabalho. Essa diretriz implica uma avaliação contínua do impacto dos princípios formativos nos egressos do IFPA, com foco na efetividade dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Podemos sugestionar como melhorias dessa dimensão:

Desenvolver e implementar indicadores específicos nos PPCs que permitam uma avaliação mais precisa e objetiva da eficiência e eficácia dos princípios formativos. Isso pode incluir taxas de empregabilidade, retorno dos egressos e desempenho em avaliações externas.

Avaliação contínua ao longo do tempo: estabelecer uma metodologia de avaliação contínua para monitorar o progresso dos egressos e identificar tendências em suas trajetórias profissionais.

Promover a integração de dados entre os setores de extensão, ensino, pesquisa, pós-graduação, inovação, CPA e PROEX para uma análise abrangente. A colaboração entre esses setores pode enriquecer a análise e proporcionar uma visão holística do desempenho dos egressos.

Considerar a possibilidade de incluir avaliações externas, como pesquisas de mercado, para complementar a avaliação interna. Isso fornecerá

uma perspectiva externa sobre a adequação dos egressos às necessidades do mercado de trabalho.

Garantir o envolvimento mais ativo da Comissão Própria de Avaliação (CPA) no processo de verificação. A CPA pode desempenhar um papel crucial na coleta de dados, análise crítica e formulação de recomendações para aprimoramento contínuo.

Estabelecer mecanismos eficazes para coletar respostas dos egressos sobre a qualidade da formação recebida. Isso pode incluir pesquisas, entrevistas ou plataformas *on-line* para compartilhamento de experiências.

Capacitar os avaliadores envolvidos na verificação para garantir uma avaliação consistente e objetiva. Isso pode incluir programas de capacitação sobre as melhores práticas de avaliação e interpretação de dados.

Realizar avaliações comparativas com instituições de ensino similares para identificar boas práticas e oportunidades de melhoria. Isso pode enriquecer a análise comparativa e promover a excelência educacional.

O portal de egressos também é fundamental para a gestão e a operacionalização eficaz do atendimento e do acompanhamento dos egressos, e o portal do IFPA apresenta lacunas, pois sua operacionalização é restrita e sem dados aparentes, sua gestão é centrada na reitoria, precisando desvincular para os setores dos câmpus responsáveis pelas ações, para que possam ter acesso e, de forma conjunta, operar a ferramenta. Assim, através dos dados coletados, é possível realizar estudos de usabilidade para garantir a efetividade do Portal de Egressos e implementar mecanismos de retorno contínuo para aprimorar a experiência do usuário.

Arêas *et al.* (2023) destacam que a prática profissional alinhada aos fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa, reflete uma abordagem contemporânea e eficaz na formação técnica e profissional. Essa abordagem visa a preparar os educandos não apenas com conhecimentos teóricos, mas também com habilidades práticas e uma mentalidade orientada para a pesquisa.

O inciso IV trata da identificação, mapeamento e valorização das práticas profissionais e sua contribuição para a reputação institucional, e sugere-se como reforço: assegurar uma integração efetiva entre a prática profissional e os fundamentos científicos e tecnológicos; incentivar a pesquisa

aplicada como parte integrante da prática profissional; implementar métodos de ensino que promovam a aprendizagem ativa; estabelecer parcerias sólidas com empresas e instituições relevantes para proporcionar aos educandos oportunidades práticas alinhadas com as demandas do mercado de trabalho; oferecer retornos construtivos durante as atividades práticas, orientando os educandos sobre o desempenho e fornecendo percepções, para se ter um aprimoramento contínuo; utilizar metodologias de mapeamento que integrem análises qualitativas e quantitativas; estabelecer programas de reconhecimento e premiação para destacar as realizações dos egressos.

Estabelecer uma aproximação mais estreita com os egressos, reconhecendo e premiando aqueles que alcançaram sucesso notável em suas carreiras ou se destacaram de maneira significativa na sociedade, não apenas reforça os laços entre a instituição e seus ex-alunos, mas também serve como um estímulo inspirador para os atuais estudantes, evidenciando que a formação acadêmica pode ser um trampolim para realizações notáveis e impacto positivo na sociedade (Miranda; Pilatti; Picinin, 2018).

O V inciso versa sobre o encaminhamento, o assessoramento e a orientação profissional, em que o suporte ao emprego e à reinserção no mercado produtivo é vital. Como sugestão de melhoria, o IFPA precisaria desenvolver programas de mentoria que proporcionem orientação profissional personalizada e avaliar regularmente a eficácia das estratégias de encaminhamento e assessoramento. Compreender onde estão e as trajetórias profissionais dos ex-alunos revela-se fundamental para uma análise reflexiva sobre a eficácia do processo formativo e sua interligação com as demandas do mercado de trabalho e a implementação de uma sistemática eficaz de acompanhamento de egressos oferece valiosas contribuições, estreitando os laços entre a instituição acadêmica, os ex-alunos e o cenário profissional (Miranda; Pilatti; Picinin, 2018).

Na construção e manutenção permanente de base de dados integrada, o IFPA apresenta um ponto fraco em sua política de acompanhamento do egresso, pois não existe essa base de dados de egressos, uma vez que cada comissão, de cada câmpus, em período de aplicação de formulário e de encontro de egressos, busca dados dos egressos na secretaria e na assistência estudantil. A base de dados integrada é essencial para a gestão eficaz das



informações dos egressos e, como sugestão de melhoria, indicamos a criação de uma base de dados consistente, que integre todos os câmpus do IFPA, visando sempre à segurança de dados para proteger a privacidade dos egressos e facilitar a interoperabilidade da base de dados com outras instituições parceiras, gerando uma rede de informações sobre egressos.

O envolvimento da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é essencial para a coordenação eficaz das ações e avaliação dessas ações de extensão, disposto na diretriz X do ProEgressos, e o IFPA deve garantir que não só a PROEX mas também os membros das comissões locais nos câmpus estejam capacitados para oferecer suporte adequado ao ProEgressos,.

O artigo 15 destaca as finalidades do ProEgresso do IFPA, delineando seis objetivos principais que abrangem a aproximação entre os câmpus e os egressos: o desenvolvimento de ações de extensão, o estímulo a projetos e atividades, o acompanhamento dos egressos no mercado de trabalho, a realização de estudos e pesquisas sobre os egressos, e o incentivo à criação de cooperativas ou organizações relacionadas à área de atuação dos egressos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, delinea de forma clara e abrangente as finalidades das Instituições de Ensino, como em seu artigo 2º, que é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para exercer a cidadania de forma consciente e qualificando-o para a inserção no mercado de trabalho (Miranda; Pilatti; Picinin, 2018).

Essas finalidades refletem um compromisso abrangente com o suporte contínuo aos ex-alunos e o aprimoramento constante dos programas acadêmicos que o IFPA, através do ProEgressos, deve alcançar. Todavia, para que se alcancem essas finalidades, o IFPA precisaria melhorar: as estratégias de avaliação; os canais de comunicação; criar programas de mentoria e plataformas de contatos que facilitem a conexão entre egressos e alunos atuais; realizar pesquisas de mercado; o canal para divulgar oportunidades de emprego, estágios e eventos relevantes para os egressos; o Portal de Egresso do IFPA, tornando-o acessível digitalmente e que contenha informações relevantes; transparência nas ações do ProEgressos e publicar relatórios regulares à comunidade acadêmica e aos egressos, demonstrando como as metas estão sendo alcançadas.

Ao incorporar essas melhorias, o ProEgressos do IFPA pode fortalecer sua eficácia na promoção do sucesso contínuo e da integração profissional dos egressos, bem como na evolução constante dos programas acadêmicos.

O artigo 16 estabelece objetivos específicos do ProEgressos em cada câmpus do IFPA, destacando a importância da interação contínua com os egressos para aprimorar a qualidade da formação profissional oferecida pela instituição. Os objetivos abordam desde a coleta de dados para avaliação curricular até a promoção de ações que mantenham os egressos informados e engajados com a instituição. Além disso, enfatizam a compreensão da situação profissional dos egressos, a identificação de necessidades de atualização profissional e a análise da relação entre a formação oferecida e as demandas do mercado de trabalho.

O IFPA, para alcançar melhorias nos resultados dos seus objetivos, poderá, a título de sugestão, incluir: avaliação de impacto na carreira dos egressos como parte integrante dos objetivos; pesquisas periódicas para manterem atualizadas as informações; mecanismos de retorno contínuo, como pesquisas de satisfação; ações específicas para engajar os egressos em eventos, cursos e atividades; mapeamento de competências adquiridas pelos egressos e como essas competências se alinham às exigências do mercado de trabalho; utilização dos dados coletados para orientar a revisão e o aprimoramento contínuo da oferta acadêmica; planos de gestão estratégica específicos para o atendimento aos egressos, considerando suas expectativas, demandas e oportunidades de desenvolvimento profissional.

As informações obtidas por meio do acompanhamento de egressos fornecem valiosos elementos para a tomada de decisões estratégicas e a avaliação das ações gerenciais adotadas pela instituição, e, com base nessas análises, é possível ajustar currículos, introduzir inovações pedagógicas e alinhar as práticas educacionais às constantes mudanças no mercado de trabalho (Lima; Andriola, 2018).

A Organização Administrativa do Programa está descrita no Capítulo III, no artigo 17, que explicita quem acompanha e gerencia o programa; o artigo 18 versa sobre a responsabilidade dos níveis institucionais; os artigos 19 e 20, parágrafo único, versam sobre a criação e composição do Comitê Gestor Interno de Acompanhamento aos Egressos (CGIPE). Já o artigo 21,

parágrafo único, e o artigo 22 retratam o processo de hospedagem e gerência do Portal de Egressos.

O capítulo III detalha a organização administrativa do ProEgressos, delineando as responsabilidades, a composição do Comitê Gestor Interno de Acompanhamento aos Egressos (CGIPE) e o processo de gestão eletrônica por meio do Portal de Egressos do IFPA. Essas estratégias visam a promover uma abordagem eficiente e coordenada para o acompanhamento e o atendimento aos egressos.

Porém, o IFPA precisa investir: no incentivo à participação ativa dos egressos na composição do CGIPE; capacitação periódica para os membros do CGIPE; realizar campanhas contínuas de divulgação para sensibilizar egressos sobre a importância do acompanhamento e incentivar sua participação no CGIPE; integração efetiva entre o CGIPE e outros setores da instituição, como ensino, pesquisa, pós-graduação e inovação, para garantir a inclusão dos outros setores no processo; constante atualização e manutenção do Portal de Egressos para proporcionar uma experiência eficaz aos egressos.

É preciso, também, a implementação de mecanismos de avaliação contínua do desempenho do CGIPE; definição de padrões e processos claros para coleta, análise e divulgação de dados, garantindo consistência nas práticas do CGIPE em todos os câmpus; investimento em tecnologia para aprimorar a eficiência do Portal de Egressos, considerando possíveis integrações com sistemas acadêmicos existentes; realização de avaliações externas periódicas do ProEgressos, envolvendo especialistas e egressos, para obter visões adicionais sobre as áreas de melhoria. Implementar essas considerações contribuirá para fortalecer a estrutura administrativa do ProEgressos, promovendo uma abordagem mais eficaz e sustentável para o acompanhamento e atendimento aos egressos do IFPA.

O Capítulo IV destaca ações concretas do ProEgressos, focando como organizar e utilizar as informações dos egressos para promover seu relacionamento contínuo com o IFPA e facilitar oportunidades de formação e emprego. O uso eficaz das informações coletadas é crucial para maximizar o impacto do programa. Como sugestões para o aprimoramento dessas ações, sugerimos que, além de oferecer produtos e serviços exclusivos, considerem-se estratégias de personalização no relacionamento com egressos, como

envio de e-mail informativo com recorrência de disparos personalizados com base em suas áreas de interesse e atualizações relevantes; implementem-se mecanismos para coletar retornos contínuo dos egressos sobre os serviços oferecidos, a fim de adaptar as ofertas de acordo com suas necessidades em constante evolução. Um exemplo seria um aplicativo de fácil instalação no celular, o qual o egresso poderá acessar a qualquer momento.

Há a necessidade de aprimorar a exploração de parcerias estratégicas com empresas e instituições para fortalecer a rede de parceiros, ampliando as oportunidades de emprego e formação continuada; a criação do banco de currículos *on-line* do IFPA, destacando a importância dessa ferramenta para sua visibilidade profissional; o uso de tecnologias emergentes para otimizar a correspondência entre as habilidades dos egressos e as oportunidades de emprego disponíveis; promover mais eventos virtuais para conectar egressos a empregadores e facilitar interações diretas, como feiras de empregos *on-line* e sessões de interações virtuais; estabelecer indicadores-chave de desempenho para avaliar a eficácia das ações do ProEgressos, monitorando a participação dos egressos, taxas de empregabilidade e análise do mercado; garantir que o Portal dos Egressos seja regularmente atualizado, fácil de navegar e ofereça uma experiência amigável aos usuários.

Os resultados obtidos no acompanhamento sistemático de egressos proporcionaram uma base legal robusta para que as Instituições de Ensino possam desenvolver estratégias eficazes de relacionamento com seus ex-alunos. Essa interação contínua permite às instituições considerar aprimoramentos significativos na adequação do currículo acadêmico às demandas da formação profissional contemporânea, além de fornecer retornos valiosos para orientar investimentos em pesquisas, melhorar o planejamento institucional e adotar estratégias educacionais inovadoras (Miranda; Pilatti; Picinin, 2018).

Os artigos 24 e 25 delineiam atividades específicas do ProEgressos, destinadas a promover o engajamento dos egressos com o IFPA, facilitando a atualização de informações, incentivando a formação contínua e fomentando a integração entre egressos e discentes. Além disso, destaca a importância de promoções, eventos, cursos e outras iniciativas para fortalecer a rede de contatos e contribuir para o desenvolvimento profissional dos egressos.

O IFPA já realiza algumas atividades das citadas acima, como encontro de egressos realizado por cada câmpus, reencontro de egressos, trilhas e desafios profissionais, realizado pela Pró-Reitoria de Extensão, e que já se encontra em sua terceira edição, formação continuada ofertada por cada câmpus; porém, é preciso inovar em suas ações, para incentivar a participação dos egressos. Ao priorizar um relacionamento ativo com os egressos, as IES não apenas fortalecem os laços com a comunidade acadêmica, mas também promovem um ambiente educacional dinâmico e adaptável, no qual a incorporação dessas informações no processo educativo contribui para transformar a experiência dos estudantes, proporcionando uma formação mais significativa e alinhada às exigências do mercado de trabalho (Miranda; Pilatti; Picinin, 2018).

O artigo 28 aborda os instrumentos de coleta de dados para a pesquisa institucional sobre os egressos do IFPA. Esses instrumentos são fundamentais para obter informações significativas que auxiliem no aprimoramento do ProEgressos e na compreensão das necessidades e trajetórias dos egressos. Todavia, o IFPA, com as experiências adquiridas, precisa aprimorar esses instrumentos, como, por exemplo:

Considerar a diversificação dos métodos de coleta de dados, incluindo entrevistas, grupos focais e análise documental, para obter uma compreensão mais abrangente das experiências dos egressos e não se restringir apenas a aplicação de questionário;

Garantir que os pesquisadores envolvidos na coleta de dados recebam treinamento adequado sobre ética em pesquisa, abordagens metodológicas e técnicas de entrevista para assegurar a qualidade e integridade dos dados, item essencial;

Implementar um mecanismo para fornecer retornos aos participantes da pesquisa e não só coletar as informações, destacando como suas contribuições estão sendo utilizadas para melhorar o ProEgressos;

Estabelecer um processo de avaliação contínua dos instrumentos de coleta de dados para garantir que permaneçam atualizados e relevantes ao longo do tempo;

Promover a transparência no uso dos dados coletados, informando claramente como as informações serão utilizadas e respeitando os princípios de sigilo e privacidade;

Estar aberta a adaptar os instrumentos de coleta de dados conforme necessário, especialmente diante de mudanças nas políticas institucionais, no perfil dos egressos ou nas demandas do mercado de trabalho;

Assegurar que a padronização e consistência nos formulários de pesquisa sejam mantidas, facilitando a análise comparativa de dados entre diferentes câmpus e ao longo do tempo;

Introduzir uma certa flexibilidade nos formulários para permitir que os câmpus adaptem as perguntas de acordo com as particularidades locais, mantendo, ao mesmo tempo, a consistência global.

A avaliação sistemática e contínua, mediante a análise de desempenho de seus egressos, emerge como um instrumento essencial para otimizar resultados e assegurar uma gestão mais eficiente e controlada dos recursos alocados, além de fornecer dados valiosos aos formuladores de políticas sociais e aos gestores, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de políticas mais robustas e para uma administração pública mais eficaz (Palmeira; Lima; Adriano, 2020).

O artigo 29 define como o Portal dos Egressos será disponibilizado, destacando duas áreas distintas de acesso: uma pública e outra exclusiva. Essa abordagem visa a atender às diferentes necessidades de públicos-alvo e proporcionar transparência nas informações. Porém, falta o IFPA aprimorar o portal que disponibiliza: garantir que a interface do Portal seja intuitiva e amigável, facilitando a navegação para os usuários de ambas as áreas, promovendo uma experiência positiva; na área de acesso público, certificar-se de que os infográficos, a união entre texto e elementos visuais, apresentem informações significativas e relevantes sobre os egressos, proporcionando uma visão geral e compreensível; na área de acesso público, tornar a consulta nominal dos egressos (por curso e ano de ingresso/conclusão) transparente e de fácil compreensão.

É importante aprimorar, também, a área de acesso exclusivo: certificar-se de que as ações e atividades descritas nos art. 24 e 25 sejam apresentadas de maneira clara e organizada, utilizando um banco de dados integrado para garantir consistência; certificar-se de que o Portal seja responsivo, adaptando-se a diferentes dispositivos (computadores, *tablets*, *smartphones*), para garantir acessibilidade a um público diversificado; implementar medidas

robustas de segurança, garantindo que apenas usuários autorizados possam acessar informações sensíveis e sigilosas; estabelecer orientações claras e, se necessário, treinamento para os usuários que terão acesso à área exclusiva, garantindo que possam utilizar todas as funcionalidades disponíveis.

Destaca-se a importância de um portal de egressos que proporcione a estreita conexão entre ex-alunos e a instituição de ensino, promovendo, ao mesmo tempo, interações entre os próprios alunos. Um portal eficaz deve ser atrativo, oferecendo informações pertinentes e de interesse tanto para os atuais alunos quanto para os egressos e visitantes (Cabral; Silva; Pacheco, 2016). A realização da gestão e acompanhamento do egresso, bem como a periodicidade da coleta de dados, são realizadas de acordo com o que expressam os artigos 30 e 31. Essas etapas abrangem desde a disponibilização inicial de informações até a pesquisa institucional contínua após o terceiro ano de conclusão do curso.

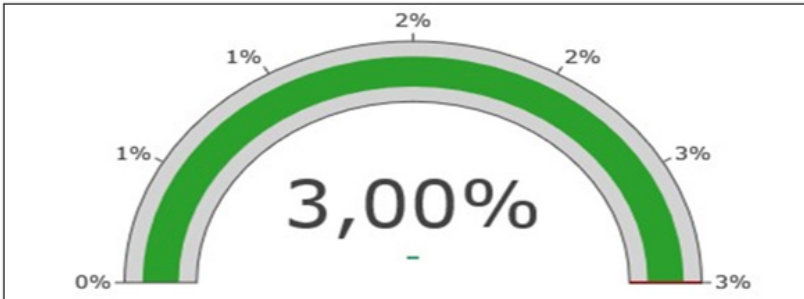
No entanto, para efeito de aprimoramento, oportunamente o IFPA poderia: desenvolver estratégias de comunicação eficazes para incentivar a participação dos egressos em todas as etapas, assegurando que eles compreendam a importância de contribuir com informações e retornos; oferecer recursos eficientes, no Portal de Egressos, proporcionando uma experiência de usuário fluida e intuitiva; adaptar os questionários de pesquisa para abordar as necessidades específicas de cada etapa; considerar a possibilidade de oferecer diferentes formas de coleta de dados, incluindo formulários on-line, entrevistas, e outros métodos; reforçar a importância do Plano de Providências de Atendimento aos Egressos (PPAE); garantir que o banco de dados seja publicizado e atualizado de forma periódica; utilizar canais de comunicação eficientes, como mensagens eletrônicas, para manter os egressos informados sobre as pesquisas institucionais contínuas após o terceiro ano.

O acompanhamento dos egressos está previsto também nos Macroprocessos Finalísticos dentro do seu planejamento estratégico. O IFPA disponibiliza o Painel de Monitoramento do PDI<sup>3</sup>, por meio do qual podemos ter acesso às informações, conceitos, ao monitoramento da execução e aos resultados alcançados.

---

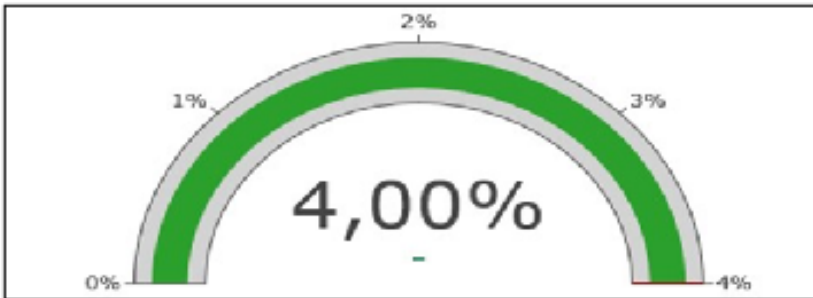
<sup>3</sup> Disponível em: <https://painel.ifpa.edu.br/>.

Gráfico 1 - Egressos atendidos pelos Planos de Providências de Atendimento aos Egressos (PPAE) em 2019



Fonte: Painel de Monitoramento do PDI 2019-2023 (2023).

Gráfico 2 - Egressos atendidos pelos Planos de Providências de Atendimento aos Egressos (PPAE) em 2021



Fonte: Painel de Monitoramento do PDI 2019-2023 (2023).

Gráfico 3 - Egressos atendidos pelos Planos de Providências de Atendimento aos Egressos (PPAE) em 2022



Fonte: Painel de Monitoramento do PDI 2019-2023 (2023).



O Portal de Monitoramento do PDI/IFPA, nos mostra que o atendimento aos egressos vem aumentando ao longo dos anos, porém, de forma lenta, mas alcançando as metas previstas no PDI da instituição.

Em resgate ao que foi dito sobre as 20 Metas do PNE (2014–2024), o Balanço do Plano Nacional da Educação (2023) demonstra que as metas previstas no PNE não foram alcançadas em quase sua totalidade, com exceção das metas 11, 12 e 13, as quais foram cumpridas parcialmente.

O artigo 34 apresenta de forma abrangente e detalhada os indicadores institucionais mínimos do ProEgressos no âmbito do IFPA. Os indicadores são subdivididos em duas categorias principais: acompanhamento da gestão operacional e acompanhamento da gestão acadêmica. Para o aprimoramento desses indicadores, a instituição deveria se atentar para os seguintes aspectos: padronização de métodos de cálculo para indicadores que envolvem percentuais e índices; divulgação e compartilhamento de resultados; atualização periódica dos dados; melhorias na área de acesso exclusivo do portal do aluno; monitoramento contínuo dos indicadores; inclusão de variáveis sociais e demográficas; avaliação da satisfação financeira e profissional dos egressos.

O IFPA, com isso, poderá fortalecer a eficácia do ProEgressos, proporcionando uma visão mais abrangente e informada sobre o impacto e a trajetória dos seus egressos.

### **Portal de Egresso do IFPA**

Cabral, Silva e Pacheco (2016) destacam a relevância de um portal de egressos como meio de promover a estreita interação entre os ex-alunos e a Instituição de Ensino, assim como entre os próprios alunos, ressaltando que essa interação é crucial, pois contribui significativamente para as trajetórias pessoais, profissionais e acadêmicas dos egressos. Além disso, ressaltam a importância de que o portal seja atrativo, incorporando informações de interesse tanto para os alunos em formação quanto para os egressos e visitantes. Essa atratividade do portal é essencial para garantir o engajamento e a participação ativa dos usuários, oferecendo conteúdo relevante e funcionalidades que promovam a conexão contínua com a instituição educacional.

A operacionalização da Política Institucional e do ProEgresso, no âmbito do IFPA, deve ocorrer por meio do Portal de Egressos,

conforme estipulado no artigo 14, inciso III, da Resolução CONSUP/IFPA nº 328/2017. O Portal foi concebido como a principal ferramenta para essa finalidade, sendo desenvolvido para auxiliar nas atividades que vão desde as coordenações dos cursos até a gestão superior do Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-graduação, bem como a Avaliação Institucional. Além disso, busca fortalecer o relacionamento institucional com a rede de parcerias e a comunidade externa de maneira abrangente.

O portal de egresso existe no site da instituição, conforme estabelece o artigo 21 da Resolução. Ele está localizado dentro do SIGAA (Sistema de Gerenciamento Acadêmico), porém, de forma inoperante. Sabe-se que os encontros entre egressos, por conta da divulgação, mas não há material ou relatório desses eventos divulgados no site da instituição, e em nenhum dos sites dos 18 câmpus visitados.

Observamos, também, que esses dados coletados pelo IFPA ficam internos, nos câmpus. Com isso, a instituição não promove a transparência na gestão desses dados, com o não compartilhamento dos resultados obtidos com a comunidade acadêmica e com o público em geral.

O IFPA precisa incorporar a transparência desses dados em sua gestão, pois, ao compartilhar os resultados obtidos com a comunidade acadêmica e com o público em geral, a instituição de ensino demonstra sua preocupação com a qualidade do ensino oferecido e com a formação de profissionais qualificados. Isso aumenta a confiança dos alunos, dos empregadores e da sociedade na instituição, porém, no estudo realizado, observamos a falta dessa transparência, uma vez que as pesquisas realizadas com os egressos não são publicizadas.

Tem-se o registro no site de que, no ano de 2016, foi realizada uma pesquisa piloto com os egressos, com o objetivo de coletar continuamente informações para subsidiar várias ações do IFPA, tais como: formação continuada para o aperfeiçoamento da atuação profissional; de avaliação dos cursos ofertados pela Instituição (diagnosticando dificuldades e apontando soluções); estabelecimento de parceria de incentivo à inserção e à participação dos egressos formados no IFPA na construção da instituição formadora, o IFPA; proposições da oferta de produtos e serviços institucionais de fomenta e manutenção da (re)aproximação entre os egressos e o IFPA<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://proex.ifpa.edu.br/ultimas-noticias/197-portal-do-egresso>.

## Considerações finais

Ao delinear a política, exploramos seus objetivos fundamentais, sublinhando como ela visa a estabelecer uma conexão duradoura entre a instituição e seus ex-alunos, proporcionando benefícios mútuos. Além disso, detalhamos as ferramentas e os métodos utilizados para monitorar o progresso e as realizações dos egressos, evidenciando a abordagem do IFPA na promoção do sucesso contínuo de seus ex-alunos.

Evidenciou-se que o acompanhamento de egressos desempenha um papel crucial na avaliação da qualidade dos programas de ensino oferecidos pelos Institutos Federais. Esse processo não apenas permite a mensuração da eficácia das estratégias pedagógicas adotadas pelo IFPA, mas também proporciona percepções valiosas sobre as habilidades e competências que os egressos desenvolveram ao longo de sua formação.

Percebeu-se, também, que falta instrumentalizar e divulgar as parcerias firmadas, mostrando à comunidade o trabalho desenvolvido; atualizar o Plano Pedagógico Institucional (PPI), sendo necessária uma real e urgente atualização, pois o PPI, juntamente com o Plano de Desenvolvimento do Câmpus (PDI), norteia as ações e projeções futuras da instituição; implementar mentorias e orientação profissional; capacitar os profissionais que atuam nas comissões da política de acompanhamento do egresso; investir em tecnologia que auxilie na coleta e análise dos dados coletados.

Outra contribuição importante do acompanhamento de egressos para a melhoria dos programas de ensino é a identificação das lacunas na formação dos egressos. Ao acompanhar os egressos, é possível detectar as deficiências na formação profissional, identificando as áreas que precisam de maior atenção e investimento. Com base nessas informações, o IFPA pode elaborar medidas para corrigir as deficiências na formação dos egressos e melhorar a qualidade dos programas de ensino, utilizando os dados colhidos sobre os egressos para nortear a atualização dos Planos Pedagógicos de Curso (PPC).

O acompanhamento de egressos também pode contribuir para o engajamento dos alunos com o IFPA. Ao acompanhá-los, é possível manter uma relação de proximidade e diálogo com os egressos, identificando suas demandas e necessidades. Com base nessas informações, o IFPA pode

elaborar políticas de atendimento e suporte aos egressos, como programas de mentoria e aconselhamento, que garantam que os egressos se sintam apoiados e valorizados pela instituição. Dessa forma, o acompanhamento de egressos contribui para fortalecer a relação entre o IFPA e seus alunos, e para aumentar a confiabilidade dos egressos na instituição.

Outra lacuna encontrada é a falta de utilização dos dados sobre os egressos pelo IFPA, com os quais se podem construir indicadores de qualidade educacional para a instituição. Através da análise dos resultados dos egressos, as instituições podem avaliar sua eficácia em relação a outras instituições e programas de ensino, permitindo a comparação e a identificação de áreas para melhorias. É preciso avaliação contínua dessa política de acompanhamento do egresso, para que se possam estabelecer ou reestabelecer mecanismos para aprimoramento das práticas do ProEgressos, garantindo uma abordagem adaptativa e inovadora.

A maior dificuldade encontrada durante a pesquisa foi a falta de dados publicados sobre os resultados do acompanhamento dos egressos no IFPA, pois verificou-se que os dados coletados não são publicizados, e o que se tem publicado está desatualizado. Dessa forma, constatou-se que a falta de publicidade interferiu muito no resultado da pesquisa.

## Referências

ARÊAS, Carlos Artur de Carvalho; GONÇALVES, Elaine Rodrigues Figueiredo; GALLINDO, Érica de Lima; ARÊAS, Heise Cristine Aires; SILVA, Jonathan Velasco da; SILVA, Natanael de Araújo; SCHROEDER, Nilva; OLIVEIRA, Simone Souto da Silva. **Pesquisa Nacional de Egressos da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2023. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/20741/18322>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o par. 2 do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei 9394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1997a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm). Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 646, 14 de maio de 1997**. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). Brasília, DF: Ministério da Educação, 1997b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf). Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. **Lei 10.861, de 14 de abril de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 19 set. 2022.

Brasil. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11741-16-julho-2008-578206-publicacaooriginal-101089-pl.html>. Acesso em: 6 dez. 2021.

Brasil. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: Presidência da República, 2008b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 23 dez. 2023.

Brasil. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/w?r=eyJrIjoiaZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVlWjJjNzYtZWQwYjI2OThhYWw1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZij9>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CABRAL, Tiago Luiz de Oliveira; SILVA, Fernanda Cristina da; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. As universidades e o relacionamento com seus ex-alunos: uma análise dos portais online de egressos. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 9, n. 3, p. 157-173, set. 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136252/104\\_00267.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136252/104_00267.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 30 ago. 2022.

CAMPOS, Katia Alves. Programa de Acompanhamento de Egressos da RFEPCT: uma proposta inicial. **Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/4190/2823>. Acesso em: 02 jan. 2024.

COURA, Helena Luiza Oliveira. Política de Acompanhamento de Egressos: ação necessária. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 8, n. 09, set. 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7200/2767>. Acesso em: 02 jan. 2024.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília: MEC/UNESCO, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FERREIRA, Getúlio Marques; RUIZ, Antonio Ibañez. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf). Acesso em: 03 jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 174, de 25 de abril de 2017**. Estabelece os fundamentos, os princípios e as diretrizes para as atividades de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Boletim Interno: 25 abr. 2017a. Disponível em: <https://proex.ifpa.edu.br/2015-10-05-03-55-12/resolucoes/1277-resolucao-n-174-2017-consup-de-25-de-abril-de-2017-fundamentos-os-principios-eas-diretrizes-para-as-atividades-de-extensao/file>. Acesso em: 22 nov. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. CONSELHO SUPERIOR. **Resolução nº 328, de 10 de julho de 2017**. Boletim interno: 10 jul. 2017b. Disponível em: <https://proex.ifpa.edu.br/2015-10-05-03-55-12/resolucoes/1482-resolucao-n-328-2017-consup-de-10-de-julho-de-2017-aprova-politica-institucional-bem-como-regulamenta-as-atividades-e-os-procedimentos-gerais-do-programa-de-atendimentos-aos-egressos-progressos/file>. Acesso em: 18 fev. 2022.

LIMA, Leonardo Araújo; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES). **Revista da Avaliação da Educação superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 104-125, mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/3467/3093>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MIRANDA, Isabella Tamine Parra; PILATTI, Luiz Alberto; PICININ Claudia Tania. Sistemática de Acompanhamento de Egressos na Rede Federal de Educação Tecnológica à luz da legislação brasileira e das políticas educacionais. **Revista Administração Educacional – DAEPE-CE - UFPE Recife-PE**, v. 9, n. 1, p. 105-125, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ADED/article/view/237525/29690>. Acesso em: 30 dez. 2023.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília-São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011. Disponível em: [https://www.fundacaosantillana.org.br/wpcontent/uploads/2019/12/67\\_Institutosfederais.pdf](https://www.fundacaosantillana.org.br/wpcontent/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.

PALMEIRA, Robson Lima; LIMA, Damião de; ADRIANO, Maria Soraya Pereira Franco. Criação e validação de um Instrumento de Acompanhamento de egressos do Ensino Profissional e Tecnológico. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 16, n. 41, p. 367-388, Edição Especial, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6423/8>. Acesso em: 25 dez. 2023.

SEMANA DE AÇÃO MUNDIAL. **Balanco do Plano Nacional de Educação**. 2023. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Disponível em: <https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Balanco-PNE-2023.pdf>. Acesso e: 25 dez. 2023.

SIMON, Lilian Wrzesinski; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. Caminhos para a Formulação de uma Política Pública de Acompanhamento de Egressos do Ensino Superior. **Revista Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 9, n. 18, p. 1-17, Pub. contínua, 2020. Disponível em: [https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/47089/pdf\\_1](https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/47089/pdf_1). Acesso em: 03 jan. 2024.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 15, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/SkVnKQhDyk6fkNngwvZq44c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2022.